



CARTA DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E SUAS CONFLUÊNCIAS

*Quero que você me diga
Quero que me diga, agora,
A potência e resistência
Dos guerreiros quilombolas.
(Maria Senhora, Pernambuco, 2025)*

Reunidas e reunidos no I Seminário Internacional de Educação Quilombola e suas Confluências, no período de 21 a 24 de outubro de 2025, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde e Previdência Social no Estado de Pernambuco, professoras, professores, pesquisadores, lideranças, estudantes, representantes de instituições públicas e de organizações comunitárias de diversos territórios negros afrodescendentes, afro-indígenas e quilombolas do Brasil, Colômbia, Equador e Honduras, reafirmamos que a educação é um direito inegociável e um instrumento de luta e fortalecimento das nossas identidades. Assim, manifestamos, por meio desta Carta, as reflexões, inquietações e reivindicações que emergiram deste Encontro.

Por toda a América Latina e Caribe, temos defendido a nossa territorialidade (e também a maretorialidade¹ e florestanialidade²), que são fundamentais para a nossa existência física, cultural e espiritual. Temos defendido as nossas identidades e modos de vida, compreendendo que a educação é parte desta luta, pois não se separa do território e deve ser construída em diálogo com a nossa memória coletiva, com a ancestralidade, com os nossos conhecimentos e com os nossos modos de viver em compartilhamento com a natureza e os biomas. Inspiradas na luta de nossas

¹ Maretorialidade é um conceito que substitui a palavra "territorialidade" para descrever o espaço de vida e a relação com o meio ambiente marinho de povos extrativistas costeiros e marinhos.

² Inspira-se no conceito de Florestania, que propõe uma cidadania dos povos da floresta, defendendo os direitos da natureza e de quem vive nela.



antepassadas e antepassados, temos feito educação escolar quilombola, palenqueira, cimarrona e afrodescendente a partir dos princípios da etnoeducação, da educação intercultural e das pedagogias quilombolas que se contrapõem à lógica colonialista que desumaniza os nossos povos.

Durante esses quatro dias de Seminário, reafirmamos que a Educação Escolar Quilombola e Afrodescendente é parte do nosso projeto de sociedade e deve ser compreendida como parte integrante e estruturante das políticas públicas de educação básica em nossos países. Ela requer, portanto, reconhecimento institucional, financiamento próprio e participação efetiva das comunidades em sua formulação e gestão.

As experiências aqui compartilhadas por representantes do Brasil, da Colômbia, de Honduras e do Equador nos ensinam que o nosso projeto de educação precisa ser intercultural, comunitário e sem hierarquia de saberes, tendo a dignidade como condição para a vida.

A nossa educação precisa valorizar as mulheres como guardiãs da memória e da oralidade, que, em processo de confluência de saberes geracionais articula corpo, território e espiritualidade. A nossa educação precisa ser uma vivência enraizada em nossos modos de ser, na qual a juventude quilombola sinta-se pertencente, para construir uma trajetória étnico-racial e política que permita uma transição segura para o Ensino Superior, no qual, além do acesso, deve ser garantido o acolhimento, a permanência e a valorização dos seus saberes.

No diálogo entre os países aqui presentes, compreendemos que é urgente fortalecer as políticas de educação em nossos territórios e que isso perpassa pelo fortalecimento das relações entre os países da América Latina e Caribe, reconhecendo as especificidades das comunidades afrodescendentes, negras e quilombolas, e criando mecanismos permanentes de cooperação internacional.

Por fim, nós, participantes do I Seminário Internacional de Educação Quilombola e suas Confluências, reafirmamos a carta já construída nos Encontros Regionais de Educação Escolar Quilombola (EREEQ) realizados no Sudeste, Nordeste e



Centro-Oeste do Brasil e apresentamos à sociedade e aos governos dos nossos países as nossas reivindicações:

- Reconhecimento pleno da Educação Escolar Quilombola, Cimarrona e Afrodescendente como modalidade própria, com financiamento específico e autonomia pedagógica, administrativa e de gestão;
- Garantia da inserção dos mestres e mestras dos saberes tradicionais em todos os níveis de ensino, como educadores reconhecidos e remunerados, fortalecendo as políticas de etnoeducação e educação intercultural;
- Criação de programas e cursos de graduação e pós-graduação permanentes de formação de professoras e professores quilombolas, com ênfase em pedagogias quilombolas, afro-indígenas e interculturais, incluindo ainda disciplinas obrigatórias sobre Educação Quilombola nos demais cursos de licenciatura;
- Fortalecimento das línguas, oralidades e expressões culturais afro-latino-americanas como parte integrante dos currículos escolares;
- Garantia de acesso à educação de crianças, jovens, adultos e idosos nos territórios, articulando saberes das comunidades e suas vivências nos processos de alfabetização;
- Criação de redes de cooperação internacional entre ministérios, universidades e movimentos sociais para compartilhamento de experiências e construção coletiva de programas, projetos e políticas de Educação Escolar Quilombola e Afrodescendente;
- Construção e fortalecimento de políticas de proteção dos territórios, lideranças e dos direitos socioambientais dos povos quilombolas e afrodescendentes, reconhecendo que não há educação sem território, nem há território sem natureza viva;
- Elaboração e implementação de políticas públicas e legislações municipais e estaduais que instituam a carreira específica de professoras e professores quilombolas, assegurando ainda que todos os profissionais que atuem nas



escolas quilombolas sejam pessoas pertencentes aos próprios territórios, de modo a fortalecer a identidade, a autonomia e os saberes locais;

- Cumprimento integral do disposto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, garantindo consulta prévia, livre e informada às comunidades quilombolas em todos os processos de decisão relacionados na seleção de gestoras e gestores de escolas quilombolas e em todas as ações que envolvam a comunidade, como a definição do local de construção de unidades escolares e nomeação das mesmas;
- Descentralização da organização dos eventos escolares nas comunidades quilombolas, garantindo a participação efetiva das pessoas quilombolas em todas as etapas de planejamento, execução e avaliação das programações;
- Acompanhamento e monitoramento das ações da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Racial e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) nas escolas localizadas em territórios quilombolas ou que atendem estudantes quilombolas;
- Formulação e implementação de políticas voltadas ao enfrentamento do racismo institucional e epistêmico nos sistemas educacionais, por meio de ações afirmativas, revisão crítica dos materiais didáticos e estabelecimento de protocolos de prevenção e intervenção;
- Garantia da soberania alimentar na aquisição de produtos para a alimentação escolar quilombola em acordo com as práticas e culturas alimentares de cada território;
- Fomento à criação e ampliação de polos, centros de formação e turmas de cursos superiores nos territórios quilombolas, garantindo o acesso, a permanência e a valorização dos saberes locais;
- Incorporação da variável “estudante quilombola” nos instrumentos do Censo Escolar do INEP, a fim de possibilitar o monitoramento contínuo, a produção de



diagnósticos precisos e a formulação de políticas públicas específicas para a Educação Escolar Quilombola;

- Reconhecer e valorizar as especificidades das infâncias quilombolas, assegurando a escuta e a participação ativa das crianças nos espaços de decisão e nos processos de construção de políticas que impactam seus modos de viver, aprender e ser criança.

Encerramos este Encontro afirmando que nossos saberes, práticas, culturas e pedagogias são rios e mares que cruzam fronteiras e conectam quilombos, palenques, garífunas, cimarrones, comunidades afro-equatorianas, afro-indígenas, negras afrodescendentes e tantos outros povos que educam, libertam e combatem o colonialismo.

Conclamamos os governos, organizações internacionais e universidades a assumirem um compromisso ético e político com a vida e com a educação dos povos negros afrodescendentes e quilombolas, de modo que as nossas escolas sejam espaços de existência e confluência, onde as gerações atuais e futuras possam continuar com o projeto de sociedade baseado em valores de dignidade, liberdade e ancestralidade.

Vamos continuar falando de nós ganhando e continuar lutando para que cada semente que caia germine fazendo nascer uma cimarrona, uma quilombola, uma negra afro-ameríndia, pois somos começo, meio e começo!

Recife, 24 de outubro de 2025.